

Corporeidade/subjetividade na psicologia clínica: tecendo fios teórico-epistemológicos para bordar um complexo objeto de estudo

Renato Bastos João^{a*} 
Jorge Ponciano Ribeiro^b 

^a Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física e Departamento de Psicologia Clínica. Brasília, DF, Brasil

^b Universidade de Brasília, Departamento de Psicologia Clínica. Brasília, DF, Brasil

Resumo: Este ensaio teve como finalidade apresentar o desenvolvimento inicial de uma noção de *corporeidade/subjetividade* humana para o campo da psicologia clínica, a partir da noção de sujeito proposta por Edgar Morin em sua obra *O método*. Entende-se que a inserção desta noção nas discussões epistemológicas desse campo do conhecimento, no que concerne ao problema da fragmentação da noção de subjetividade, pode contribuir com reflexões iniciais para se pensar uma possível alternativa de integração do seu objeto de estudo. Fundamentada no pensamento complexo, é proposta uma primeira definição que aponta para quatro principais dimensões e suas respectivas noções: a do indivíduo-sujeito, constituída por três sistemas complexos (orgânico-sensorio-motor, psíquico-afetivo-relacional e mental); a da eco-subjetividade; a sócio-histórico-cultural; e a da espécie. Conclui-se considerando os desafios ontológico e epistemológico inerentes à problemática da fragmentação da subjetividade, relacionando-os ao problema da unidade na Psicologia, e indicando a necessidade dos seus enfrentamentos pela proposta apresentada.

Palavras-chave: corporeidade, subjetividade, epistemologia, psicologia clínica.

Introdução

Este artigo tem como finalidade apresentar a primeira definição de uma noção de *corporeidade/subjetividade* humana a partir da noção de sujeito/subjetividade elaborada por Edgar Morin em sua obra *O método* (1996b, 1997, 1998, 1999, 2003, 2005). Pretende também introduzir a noção de corporeidade/subjetividade no campo da psicologia clínica considerando as discussões relacionadas às questões epistemológicas. Entende-se que a inserção desta noção nas discussões epistemológicas desse campo, um “campo de dispersão” (Garcia-Roza, 1977) com diferentes matrizes de pensamento psicológico (Figueiredo, 1991, 2013) e as consequentes propostas de objetos de estudos dicotômicos (Neubern, 2004, 2014), pode contribuir com reflexões iniciais para se pensar uma possível alternativa de integração. Considera ainda o problema da unificação da psicologia, que é uma questão muito desafiadora, presente desde sua origem como ciência moderna (Figueiredo, 1991; Silva, 2016).

Para o pensamento complexo, proposto por Edgar Morin, o tema da subjetividade inclui necessariamente o tema da corporeidade. Do ponto de vista ontológico e epistemológico, a corporeidade e a subjetividade humana devem ser consideradas de modo relacional e em um

continuum emergencial¹, formando uma unidade complexa organizada ou um sistema complexo. A investigação desta relação entre corporeidade e subjetividade a partir do pensamento complexo foi iniciada em trabalhos anteriores (João, 2018, 2019; João & Brito, 2004), voltados a outros campos do conhecimento. Com este ensaio teórico se buscará o desenvolvimento e o aprofundamento das reflexões iniciais e o direcionamento ao campo da psicologia clínica.

Nascimento da psicologia enquanto ciência e fragmentação da subjetividade

No que concerne às discussões acerca do sujeito e da subjetividade no pensamento ocidental, Morin (1996a) afirma que esta questão é extremamente controversa e paradoxal, pois é ao mesmo tempo evidente e não evidente. Sua evidência pode ser atestada na presença, em quase todas as línguas, da primeira pessoa do singular (eu); na reflexividade operada pelo pensamento de Descartes ao concluir que, não podendo duvidar de que duvidava, haveria um “eu” que pensa, fazendo aparecer uma noção de sujeito que se torna o primeiro princípio da realidade;

¹ A noção de emergência significa que os produtos globais das atividades que formam os sistemas (unidade complexa organizada), desde o átomo ao *homo sapiens*, dispõem de qualidades próprias irredutíveis às suas partes isoladas, e as quais retroagem sobre as próprias atividades do sistema de que se tornam inseparáveis (Morin, 1997).

* Endereço para correspondência: renatobastosj@gmail.com



e nas teologias, filosofias e metafísicas que divinizaram e tornaram absolutos o sujeito e a subjetividade.

Não obstante, segundo Morin (1996a), do ponto de vista da ciência moderna, o sujeito é dissolvido em meio aos determinismos físicos, biológicos, sociológicos ou culturais. Sua subjetividade não passa de contingência, fonte de erros, que justificou a exclusão do observador da observação, do pensador, que constrói conceitos, da sua concepção. Nas ciências humanas e sociais, a concepção de sujeito foi muitas vezes obliterada. No caso da psicologia, chegou a ser substituída por estímulos, respostas e comportamentos. Na história, foi desconsiderada pelos determinismos sociais. Na antropologia, foi enterrada pelo estruturalismo.

Envolvida por este processo de dominação da racionalidade científica moderna, a psicologia, no final do século XIX, se tornou uma ciência a partir dos trabalhos de Fechner, Wundt e seus seguidores, sobretudo os norte-americanos, tais como J. Cattell e Titchener, que fundaram uma psicologia experimental e comportamental calcada no reducionismo empírico e matemático (Figueiredo, 1991; Figueiredo & Santi, 2006; Gonzáles Rey, 2003). Entretanto, nesse mesmo momento histórico, também surgiram outras correntes teóricas que contribuíram com ideias e reflexões que criticavam esta dominação e apontavam outras direções para os estudos dos fenômenos psicológicos, no sentido de reconhecer nestes a subjetividade. Por exemplo, a psicologia do ato de Brentano e a psicologia da *gestalt* de Wertheimer, Köhler e Koffka (Figueiredo, 1991; Gonzáles Rey, 2003), esta última oriunda de uma compreensão holística do fenômeno psicológico.

Neste sentido, pode-se destacar a importância decisiva e fundamental da psicanálise para esse reconhecimento (Figueiredo & Santi, 2006) que se deu a partir da escuta sensível de Freud, elemento-chave para a compreensão dos sintomas advindos dos sofrimentos dos sujeitos presentes ao longo de sua história (Sundfeld, 2000) e que lhe permitiu descobrir um psiquismo inconsciente que age à revelia do próprio sujeito. Ainda sobre a importância da psicanálise para a discussão sobre a subjetividade, conforme esclarecem Prado Filho e Martins (2007), é através do seu campo de conhecimento que este tema/problema passará aos domínios das psicologias na primeira metade século XX. Outro autor que destaca as contribuições da psicanálise para a inauguração de um novo campo de construção do pensamento psicológico é González Rey (2003), ao afirmar que o seu valor heurístico está na criação de um novo espaço de significação, uma nova zona de sentido sobre o que vinha sendo estudado na psicologia.

A contribuição da psicanálise deve ser destacada a partir da referência freudiana, em específico, e também das diversas perspectivas psicanalíticas que se desenvolveram e continuam o desafiador trabalho de compreender a complexidade da subjetividade humana (Birman, 2013; Celes, 2012; Figueiredo, 2009;

Green, 1995, 2008; Mezan, 1996, 2019). E há ainda as diferentes escolas que surgiram influenciadas pela psicanálise, mas tendo como contribuição principal a finalidade de apresentar uma resposta à psicanálise àquilo que ela não assumiu como importante para a compreensão do psiquismo humano. Destacam-se aqui, por terem defendido a importância da corporeidade, as contribuições de Wilhelm Reich (1942/1984, 1933/1995) e seus continuadores e, por terem reconhecido o potencial humano para a mudança e transcendência, as escolas humanistas, entre as quais a Gestalt-terapia de Frederick S. Perls, Hefferline e Goodman (1969/1997).

No entanto, não obstante as contribuições da psicanálise para o reconhecimento da subjetividade como objeto de estudo da psicologia, ao longo do século XX diferentes autores, como Foucault, Castoriadis, Guattari e Deleuze, cada qual com contribuições particulares, apontaram as limitações impostas pela psicanálise para uma compreensão mais complexa da subjetividade no que concerne, entre outros aspectos fundantes, a dimensão sociocultural (Bastos, 2001; González Rey, 2003; Japiassu, 1995; Prado Filho & Martins, 2007). Dentre as críticas, cabe ressaltar aquelas que mais ganharam repercussão: o estabelecimento de categorias universais para a compreensão do psiquismo (subjetividade) humano e o seu fundamento de natureza biológica.

Esses mesmos autores, além de exporem suas críticas em relação à psicanálise, também apresentaram ideias importantes para a ampliação e complexificação da compreensão sobre a subjetividade humana. Na sequência destes, e nas últimas décadas do século XX, surgem autores que se propõem a elaborar propostas para a psicologia que trazem novas contribuições para o debate acerca da subjetividade, entre os quais Gergen (1996) e Lax (1998). Respectivamente, com a elaboração do construcionismo social e de um pensamento pós-moderno na prática clínica (Neubern, 2004), defende-se uma psicologia das trocas sociais discursivas calcadas na linguagem e ainda, conforme González Rey (2003, 2005, 2011, 2017; González Rey & Mijtáns Martínez, 2017), com a proposta de uma subjetividade cultural-histórica, fundamentada, principalmente, na obra de Vygotsky.

Neste cenário das discussões acerca da subjetividade na psicologia, compreende-se que se trata de um objeto de estudo marcado por noções epistemológicas distintas e que ganham diferentes definições teórico-conceituais, cada qual delimitando uma noção que destaca um aspecto ou uma dimensão da subjetividade em especial, tendendo a circunscrevê-la apenas a esta dimensão ou aspecto destacado, o que estabeleceu diferentes dicotomias. Por esta razão, entende-se que uma possibilidade de recrudescimento do debate epistemológico e teórico para a compreensão da subjetividade na psicologia clínica, no sentido de buscar a superação das diferentes fragmentações, está nas contribuições do pensamento complexo de Morin (1984, 1990, 1996a, 1996b, 1997, 1998, 1999, 2000, 2003,

2005). Com esta proposta epistemológica, acredita-se ser possível desenvolver reflexões que possam contribuir com a tentativa de propor articulações entre as diferentes dimensões da condição humana (indivíduo-sociedade-espécie) e da subjetividade que foram consideradas tradicionalmente opostas e dissociadas pela racionalidade moderna, entre as quais corpo e psiquismo, consciente e inconsciente, indivíduo e sociedade, interno e externo, afetividade e cognição, histórico e atual (Fuks, 1995; Neubern, 2004).

Breve contextualização do cenário epistemológico da psicologia clínica

As diferentes psicologias (Figueiredo, 1991) que formam a área do conhecimento denominada psicologia, e a psicologia clínica, enquanto um dos seus campos de estudo e intervenção, se constituíram, ao longo dos séculos XIX e XX, sob o olhar e as luzes da modernidade (Fuks, 1995; González Rey, 1997, 2003; Japiassu, 1995; Neubern, 2001, 2004; Silveira, 2018). Guiada por essas luzes, que tinha no determinismo linear, no controle experimental, na busca pelas certezas irrefutáveis e no estabelecimento da ordem mediante as leis universais que regem a natureza os pressupostos da ciência moderna (Morin, 1990, 1998, 2000; Santos, 1989, 2006), a psicologia precisou forjar estratégias investigativas que tendiam à redução e simplificação. Estratégias que impuseram a exclusão das noções de sujeito e subjetividade enquanto seu objeto de estudo (Figueiredo, 1991; Neubern, 2001, 2004; Sundfeld, 2000), deixando-as numa posição marginal ao longo de sua história e dos seus diferentes sistemas de ideias em virtude da marca cartesiana, a cisão entre sujeito e objeto (Morin, 1998).

Conforme elucidada Figueiredo (1991, 2003, 2013), estes impactos da racionalidade moderna não incidiram apenas sobre a noção de subjetividade, mas estabeleceram a fragmentação do conhecimento psicológico, instituindo diferentes psicologias, cada qual fundamentada por matrizes de pensamento tanto divergentes quanto convergentes, propondo objetos de estudo diversos. Em sua análise epistemológica, propôs o estabelecimento de dois grandes grupos de matrizes do pensamento psicológico, com suas subdivisões internas marcadas por oposições.

De um lado, temos as matrizes científicas – a nomotética e quantificadora, a atomística e mecanicista e a funcionalista e organicista –, nas quais estão as propostas de psicologias concebidas e praticadas como ciência natural, correspondendo ao que se entende por ordem natural do mundo e dos fenômenos, regida por leis gerais que podem ser conhecidas e explicativas dos fenômenos psíquicos e comportamentais, passíveis, então, de controle e previsão. Do outro lado, encontramos as matrizes constituídas a partir do pensamento romântico e pós-romântico – a vitalista e naturista, as compreensivas e a fenomenológica e existencialista –, para as quais o

objeto da psicologia são formas expressivas, enquanto modos de comunicação, que se dão na possibilidade de serem apreendidas pelo sujeito cognoscente via interpretação. Isto é, as ações, produtos e obras de uma subjetividade singular – dotada de significado e valor –, que se expressam através deles e podem, assim, ser conhecidas. Para as pós-românticas, os sentidos não são apenas aqueles acessíveis diretamente pela consciência, pois existem sentidos por trás de sentidos, além dos mecanismos geradores de sentido. Para tanto, seria necessário estabelecer métodos, técnicas e critérios interpretativos que possibilitassem uma compreensão não imediatista dos outros e do sujeito consigo mesmo (Figueiredo, 1991, 2003, 2013).

Não obstante as diferentes matrizes identificadas nas correntes de pensamento da psicologia (Figueiredo, 1991, 2013), conforme a análise de alguns autores (Fuks, 1995; González Rey, 2003; Neubern, 2004; Morin, 1998), foi a influência de um paradigma dominante, caracterizado pela tendência à simplificação e à redução, que determinou a constituição das várias escolas e dos diferentes modelos teóricos e métodos clínicos da psicologia moderna, relacionados, justamente, às diferentes correntes de pensamento indicadas por Figueiredo (1991, 2003). Entre as escolas destacam-se a psicanálise, o humanismo, a fenomenologia, o behaviorismo, a sistêmica e suas respectivas derivações (Neubern, 2004), e ainda as propostas mais recentes do final do último século, como o construcionismo social e a clínica pós-moderna. É necessário diferenciar o behaviorismo das demais, haja vista o seu compromisso explícito e indissociável com os princípios explicativos das epistemologias fundantes que sustentam a demarcação do científico com o método experimental.

A presença deste paradigma dominante nas escolas aqui citadas se fez, principalmente, pelo princípio lógico da disjunção que separa os conceitos fundamentais ou as categorias mestras de inteligibilidade. O corolário de tal fragmentação foi o avanço de tendências universalistas, isomórficas, à patologização, à naturalização do humano e à reificação essencialista do fenômeno psicológico, o que impediu a emergência da subjetividade enquanto objeto de estudo complexo da psicologia clínica. Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que boa parte dessas escolas, com o desenvolvimento dos seus sistemas de ideias (teorias), apresentaram contribuições para a ruptura com esse mesmo paradigma (Neubern, 2004; Plastino, 2001) e desenvolveram e continuam a desenvolver um campo de discussão que elabora críticas aos seus próprios sistemas de ideias. Tais contribuições vêm possibilitando o delineamento e o surgimento de outro paradigma, que está sendo construído a partir do espírito da complexidade.

Especialmente em relação à psicologia clínica, podemos identificar uma situação controversa, cuja origem é considerada a partir da psicanálise, assim como das demais propostas teóricas que surgiram em resposta à psicanálise, que retrata bem esta situação. Na intenção

de ganhar visibilidade e ascender ao status de verdade científica, as diversas propostas teóricas balizaram-se pelo ideal isomórfico proposto pelo paradigma da simplificação, de maneira a ocupar a posição de detentoras do saber esclarecedor acerca do psiquismo humano (Figueiredo, 1991; Neubern, 2004).

O caráter paradoxal deste contexto da psicologia clínica se deu em virtude do antagonismo entre a forte influência do paradigma da simplificação que, tendo no método experimental o seu principal instrumento de dominação epistemológica, impunha o ideal isomórfico como baliza, e da tendência das referidas escolas em propor, cada uma à sua forma, teorias acerca do psiquismo humano, um objeto de estudo que escapava aos pressupostos daquele paradigma. Ainda assim, as teorias produzidas neste contexto da psicologia caracterizaram o psiquismo a partir de categoriais universais e definitivas, buscando as regularidades “naturais” mediante um único aspecto originário e constituidor, e deixando escapar as singularidades dos sujeitos. Tal perspectiva criou limitações para reconhecer a complexidade da subjetividade humana nas suas diferentes dimensões (Fuks, 1995; Neubern, 2004).

Esta origem controversa da psicologia clínica, na qual as teorias em psicologia clínica que assumiram a subjetividade tinham em comum a inexistência do procedimento experimental como método que poderia apontar quais delas seriam as mais confiáveis, indicava um ponto de rompimento com o paradigma da simplificação. Esta situação, conforme entende Neubern (2004), ao mesmo tempo que caracterizava um rompimento com tal paradigma, também trouxe consequências negativas, como as posturas teóricas dogmáticas, e criou também as condições para a proliferação das teorias, cada qual trazendo em suas comunidades científicas a marca das relações de poder, fortemente ligadas à tendência de homogeneização teórica, e pouco tolerantes às propostas desviantes.

Esta configuração, que marcou o nascimento e o desenvolvimento da psicologia clínica, evidencia a necessidade de uma crítica epistemológica radical à colonização do paradigma dominante (Neubern, 2004), considerando, para isso, a complexidade deste processo. É para além do impacto do ideal isomórfico nas escolas da psicologia clínica, que não se pautaram pelo método experimental, que se encontra o solo fértil para as ideias que estão nos levando a um outro paradigma, ao lado das outras perspectivas que foram elaboradas no final do século XX.

Com a intenção de ultrapassar estes obstáculos do paradigma dominante e estabelecer uma discussão dialógica, propõe-se, para esta investigação, elaborar e introduzir na psicologia clínica a noção de *corporeidade/subjetividade* fundamentada no pensamento complexo de Edgar Morin. Para tanto, será com a obra *O método*, deste mesmo autor, que se caminhará para a realização de tal investigação.

Uma primeira definição para a noção de corporeidade/subjetividade humana à luz do pensamento complexo

Partindo do conceito de sujeito/subjetividade desenvolvido por Edgar Morin em sua obra *O método*, será apresentada aqui a primeira definição da noção de corporeidade/subjetividade enquanto proposta de objeto de estudo da psicologia clínica que aponte para a alternativa de integração das suas diferentes dimensões. Tendo a referida obra como a sua base epistemológica e teórica, o conceito de corporeidade/subjetividade é uma formulação teórico-conceitual que, ao mesmo tempo que buscará indicar a especificidade da subjetividade humana (antropossocial), está indissociavelmente alicerçada por noções teórico-conceituais relacionadas ao mundo físico (*physis*) e ao mundo biológico (*bios*), conforme proposto pelo autor. Esta condição física e biológica da subjetividade humana estabelece a sua relação indissociável com a corporeidade, como já indicado em trabalhos anteriores (João, 2018, 2019; João & Brito, 2004). Por esta razão, um conceito complexo de subjetividade só pode ser pensando e definido a partir da sua indissociabilidade com a corporeidade, da qual emerge em constituição simultânea.

Para iniciar a elaboração do conceito em questão, partindo da ideia de corporeidade e, em seguida, evidenciando sua relação indissociável e de continuidade com a subjetividade, se faz necessário explicitar a importante noção de sistema enquanto unidade complexa organizada². Segundo Morin (1997), um sistema é um conjunto de partes diferentes, unidas e organizadas, e apresenta-se como “*unitas multiplex*”, isto é, paradoxo que permite compreender que “sob o ângulo do todo, é uno e homogêneo, considerado sob o ângulo dos constituintes, é diverso e heterogêneo” (p. 102). O que indica a necessidade de considerar o sistema enquanto unidade complexa, isto é, nem o todo pode ser reduzido às partes, nem as partes podem ser reduzidas ao todo, assim como o uno não pode ser reduzido ao múltiplo, nem o múltiplo ao uno. As noções de todo e partes e de uno e múltiplo devem ser concebidos em conjunto, de modo simultaneamente complementar e antagonico.

2 Esta noção aponta para a necessidade de se considerar um macroconceito trinitário indissociável: sistema/organização/inter-relação, no qual o conceito de organização é a principal contribuição de Edgar Morin para o desenvolvimento do sistemismo, no sentido de superar reduções sistêmicas e apontar o caminho que reconheça a necessidade de um pensamento complexo. “É o nó que liga a ideia de inter-relação à ideia de sistema” (Morin, 1997, p. 125). Deve ser concebida numa primeira definição como “a disposição de relação entre componentes ou indivíduos, que produz uma unidade complexa ou sistema, dotada de qualidades desconhecidas ao nível dos componentes ou indivíduos. A organização liga, de modo inter-relacional, elementos ou acontecimentos ou indivíduos diversos que, a partir daí, se tornam os componentes dum todo. Garante solidariedade e solidez relativa a estas ligações, e portanto garante ao sistema uma certa possibilidade de duração apesar das perturbações aleatórias. Portanto a organização: transforma, produz, liga, mantém” (p. 101).

A noção de sistema enquanto unidade complexa organizada permite o entendimento de que a corporeidade humana em sua multidimensionalidade, constituída a partir do que se pode denominar, seguindo o pensamento de Morin (1997), de processos emergenciais ocorridos ao longo de toda a evolução que conduziu a *physis*, o *bios* e a esfera antropossocial, como já exposto em trabalho anterior, “a um processo de evolução com sucessivos aumentos no grau de complexidade dos sistemas/organizações, a começar com a formação dos átomos, chegando, neste planeta, onde se dá a evolução das espécies, à emergência da espécie humana” (João, 2018, p. 45). Neste sentido, a corporeidade guarda a herança de todo esse processo evolutivo, configurada enquanto unidade complexa multidimensional, na qual podemos identificar diferentes dimensões, que são sistemas complexos, enquanto partes de um sistema complexo maior, que formam o todo do indivíduo-sujeito humano. Este, por sua vez, faz parte de sistemas complexos ainda maiores, as sociedades-culturas humanas, que por sua vez fazem parte do sistema complexo da espécie humana, o qual compõe, ao lado dos sistemas das demais espécies e os constituintes geofísicos, o ecossistema maior, a biosfera enquanto sistema complexo que abarca o todo dos muitos sistemas complexos que compõem o planeta Terra.

Na intenção de dar continuidade ao desenvolvimento da primeira concepção de corporeidade (João & Brito, 2004) a partir desta condição fundante, qual seja, a da indissociabilidade e continuidade entre corporeidade e subjetividade, dando o devido destaque a esta última, propomos a seguinte definição para a noção de corporeidade/subjetividade humana à luz do pensamento complexo: unidade complexa corpórea/subjetiva organizada, a partir da qual emergem as qualidades e dimensões pertencentes ao humano. Fundamentada no *autos*, macroconceito organizacional (multidimensional) – auto-(geno-feno-ego)-eco-re-organização informacional/computacional/comunicacional –, podemos identificar nesta uni/pluralidade corpórea/subjetiva o ser, a existência, a individualidade e a subjetividade: a condição de indivíduo-sujeito humano vivo.

Nesta perspectiva, corporeidade e subjetividade constituem uma unidade complexa organizada, ou um sistema complexo. Esta unidade complexa entre corporeidade e subjetividade significa que a relação indissociável entre essas duas dimensões do ser humano em sua individualidade constitui um sistema/organização que poderíamos denominar de corposubjetividade. Sendo ao mesmo tempo um sistema/organização que emerge de outro sistema/organização – ou seja, a subjetividade emerge da corporeidade –, se torna um novo todo, um sistema de sistemas, que possui certa autonomia em relação ao primeiro, de modo relativo mas significativo, pois permite fundamentar ontologicamente uma nova dimensão e um novo sistema. Todavia, mantém uma relação indissociável de dependência com o primeiro, a corporeidade, o que caracteriza, desta forma, a *unitas multiplex*, conforme propõe Morin (1997).

Esta corporeidade deve ainda ser entendida enquanto uma unidade complexa que guarda a condição de ser um organismo, e a partir da qual a subjetividade vai se constituindo em simultaneidade e emergindo, principalmente, em sua singularidade enquanto dimensão humana heterogênea, sem deixar de manter sua unidade indissociável com a corporeidade. O organismo deve ser entendido a partir do ser celular e das suas inter-relações, que se dão mediante a computação que ocorre em cada célula e entre elas. A noção-chave de computação proposta por Morin (1999), relacionada ao tratamento da informação (ocupar-se de signos, índices e dados) pelo ser celular, lhe permite desenvolver um princípio de identidade complexo para fundamentar a noção de sujeito³ (de subjetividade) a partir da condição egocêntrica e auto-referente de todo ser vivo. Justificando a ideia de *computo* celular, este princípio de identidade permite compreender que desde o unicelular pode-se abstrair uma espécie de princípio informativo “eu sou eu mesmo” em sua auto-organização. Neste sentido, pode-se afirmar que a subjetividade tem seu primeiro nível de emergência no ser unicelular bem como no ser celular, e em suas inter-relações celulares, sendo dotado, então, da qualidade de sujeito e estando na condição de indivíduo; isto é, cada ser unicelular ou cada célula já é um indivíduo-sujeito.

Retomando a relação entre corporeidade e subjetividade, conforme afirma Morin (1999), devemos destacar que há três níveis de emergência e de organização da subjetividade no indivíduo-sujeito humano, cada qual guardando sua relativa autonomia, estabelecendo as fronteiras entre cada nível e indicando que, mesmo articulados e dependentes entre si, não desenvolvem uma relação de linearidade, mas sim um funcionamento próprio e com certa independência. O primeiro nível se dá nas miríades de interações entre as células que constituem o organismo, guardando uma relativa autonomia do aparelho neurocerebral e do fenômeno da consciência enquanto atividade reflexiva mediada pela linguagem, ainda que mantenham relações de retroações e recursividades⁴. Este primeiro nível justifica a afirmação de que organismo e subjetividade se constituem simultaneamente. As inter-relações computacionais entre os indivíduos-sujeitos celulares constituem uma individualidade e uma subjetividade orgânica de primeiro nível que está

3 Para Morin (1999), a noção de subjetividade é indissociável da noção de sujeito. Correspondendo aos níveis de complexificação da condição de sujeito, seja filogenética (dos unicelulares à espécie humana) ou ontogeneticamente (do ser celular ao organismo de um ser humano em seus diferentes momentos de desenvolvimento), a subjetividade humana emerge em três níveis diferentes do indivíduo-sujeito e também no nível social, mantendo uma relação recursiva entre estes vários níveis, como será elucidado no desenvolvimento deste artigo.

4 A noção de retroação traz a ideia de que o todo retroage enquanto todo sobre os momentos e elementos particulares dos quais surgiu (Morin, 1997). A noção de recursão, enquanto um dos três princípios da epistemologia complexa proposta por Morin (1996a), permite reconhecer os processos onde os produtos e os efeitos são necessários à sua produção e à sua causação.

presente em todos os seres vivos pluricelulares (plantas e animais), o que inclui os animais humanos.

O segundo nível de subjetividade emerge da atividade que se dá a partir da relação retroativa e recursiva entre o aparelho neurocerebral e a *mente/espírito*⁵ imersos numa cultura. Desta relação, emerge o psiquismo, nível cerebral de subjetividade, parcial e superficialmente consciente, estando em grande parte imerso no inconsciente. Devemos também considerar, desde o primeiro nível de emergência da subjetividade, a existência de um protopsiquismo orgânico mas não cerebral, presente em cada ser celular e nas inter-relações celulares, uma herança filogenética presente desde os unicelulares. Este protopsiquismo estabelece uma relação de retroação e recursividade com o psiquismo cerebral.

Desta mesma relação emerge a mente/espírito, que mantém com o psiquismo uma relação indissociável. A mente/espírito é a “esfera das atividades cerebrais em que os processos computantes assumem forma cogitante, isto é, pensamento, linguagem, sentido, valor, e onde são atualizados ou virtualizados fenômenos de consciência” (Morin, 1996b, p. 80). O psiquismo é o aspecto individual-subjetivo das atividades da mente/espírito, a partir do qual se constituem os atributos afetivos, oníricos, fantasmáticos da atividade mental/espiritual. E da mesma forma que a atividade mental/espiritual retroage sobre o aparelho neurocerebral ramificado em todo o organismo, o psiquismo cerebral também retroage sobre todo o organismo, estabelecendo a relação já indicada com o protopsiquismo. Neste sentido, pode-se considerar que a corporeidade/subjetividade humana é dotada de um duplo aparelho (Morin, 1996b), neurocerebral e psíquico (o que inclui o protopsiquismo), este último remetendo para a indissociabilidade e continuidade entre os fenômenos psíquicos e mentais/espirituais.

O terceiro nível de subjetividade é aquele que Morin (1999) afirma ser o nível radicalmente novo: o da consciência. Para este primeiro momento de definição, pode-se resumidamente colocar que a consciência enquanto fenômeno reflexivo implica dois ramos que estabelecem uma relação complexa (complementar, concorrente e antagônica): o das atividades cognitivas ou práticas e da consciência de si.

Esta concepção de fundamentação bio-lógica da subjetividade humana, que é ao mesmo tempo uma concepção de sujeito humano, possibilita ressaltar a sua globalidade, a sua espessura e a sua multidimensionalidade. Estes três níveis mantêm uma relação indissociável e em forma de anel, constituindo um anel recursivo no qual a

subjetividade como um todo é produto e efeito de cada um dos três níveis, ao passo que se torna causa e produtora de cada um dos três níveis, o que permite manter a unidade indivisível do indivíduo-sujeito humano.

Na intenção de evidenciar a multidimensionalidade do ser humano, a noção de corporeidade/subjetividade que se busca definir para o indivíduo-sujeito humano será organizada em três dimensões, cada qual sendo um (sub)sistema/organização deste sistema/organização uno/plural, ou desta unidade complexa organizada, denominada de corporeidade/subjetividade. São elas: *orgânico-sensório-motora*, que guarda o primeiro nível de emergência da subjetividade, o protopsiquismo das miríades de interações entre as células que constituem o organismo, bem como o segundo nível, no que concerne à participação da atividade do cérebro/psiquismo em toda ação motora, constituindo configurações motoras/subjetivas a partir da inter-relação destes dois níveis de subjetividade e, conseqüentemente, das duas outras dimensões; *psíquico-afetivo-relacional*, um primeiro sistema de elaboração psíquica, com uma função já expressiva e comunicativa (Pagès, 1986, 1993), não-verbal (corporal) e verbal, relacionado ao segundo nível de emergência da subjetividade, que gera, conjuntamente com o sistema mental/espiritual, configurações subjetivas constituídas por sentidos formados pelos processos afetivos e pelos aspectos fantasmáticos, imaginários e oníricos formados a partir do pensamento e da linguagem simbólica/mítica, compondo o todo das atividades mentais; e *mental/espiritual*, um segundo sistema de elaboração psíquica, também relacionado ao segundo nível de emergência da subjetividade, constituído pelas atividades cognitivas que envolvem a inteligência propriamente humana, o pensamento e a linguagem racional/empírica, que vão participar da geração de sentidos que compõem as configurações subjetivas e que possibilitam o terceiro nível de emergência da subjetividade: a consciência. Sendo ao mesmo tempo uma emergência relacionada a indissociabilidade e continuidade entre as três dimensões, a consciência é um fenômeno radicalmente novo possibilitado por esses atributos da terceira dimensão da corporeidade/subjetividade do ser humano.

Considerada na perspectiva do indivíduo-sujeito humano, são estas três dimensões ou sistemas complexos que configuram a subjetividade humana. No entanto, essa complexa subjetividade de um indivíduo-sujeito humano só pode emergir em virtude da relação entre uma corporeidade/subjetividade portadora de um aparelho neurocerebral e a sociedade-cultura na qual está imersa. Desta forma, se faz necessário destacar um outro nível da subjetividade humana, constituída na esfera da sociedade e da cultura. Para Morin (1997, 1999, 2003), as sociedades, pensadas a partir de um princípio organizacionista (e não organicista) desenvolvido em sua obra *O método*, são formadas a partir das associações integrativas de indivíduos-sujeitos pluricelulares (congêneres e

5 Na obra *O método* em francês (*La méthode*), Morin (2003, p. 34) utiliza a palavra “esprit” em virtude de uma carência da língua francesa, que “compactou neste termo duas entidades diferentes e ligadas: a *mens* latina (*mind*, mente) e o espiritual (*spirit*, *spirito*, *espírito*)”. Como esclarecimento a esta questão, o autor afirma que “quando digo ‘espírito’, quero dizer *mind*, como todas as qualidades diversas que dela surgem, entre elas o *ingegno* de Vico (aptidão combinatória, inventiva)”. Utilizaremos aqui a expressão composta *mente/espírito* para manter esta referência ao original em francês.

entidades de segundo grau). Dotados de um grau elevado de individualidade formada pelo desenvolvimento do aparelho neurocerebral, na sua complexa inter-relação com o aparelho reprodutor e a emergência do aparelho psíquico, os seres humanos, constituem entidades de terceiro grau: superorganismos, sociedades. Na proposta deste autor, o fenômeno social emerge

quando as interações entre indivíduos do segundo tipo [seres humanos] produzem um todo não redutível aos indivíduos e que retroage sobre ele, isto é, quando se constitui um sistema. Existe, portanto, sociedade quando as interações comunicadoras/associativas constituem um todo organizado/organizador, que é precisamente a sociedade, a qual, como toda entidade de natureza sistêmica, é dotada de qualidades emergentes, e, com as suas qualidades, retroage enquanto todo sobre os indivíduos, transformando-os em membros desta sociedade. (Morin, 1999, p. 221)

Com a articulação dessa perspectiva proposta por Morin com as relevantes contribuições de autores como Castoriadis (1982), Guattari & Rolnik (1986) e González Rey (2003; González Rey & Mijttáns Martínez, 2017), pretende-se desenvolver uma concepção de subjetividade social. Considerando a necessidade de articular os diferentes aspectos constituidores desta outra dimensão da subjetividade, propõe-se para sua definição a expressão sócio-histórico-cultural. Mantendo uma relação recursiva com a subjetividade do indivíduo-sujeito humano, esta outra dimensão da subjetividade também é constituidora dos processos psíquico-afetivo-relacionais, das atividades mentais/espirituais e da consciência, envolvendo pensamento, linguagem, significado, sentido, valor, hábitos e costumes.

Para além de uma subjetividade individual e social, temos ainda outra dimensão de organização da subjetividade, relacionada à dimensão da espécie humana. Esta dimensão da subjetividade humana se dá a partir da relação complexa entre o que Morin (1999) designa de *genos* (genérico, genético e generativo), de *fenon* (fênótipo, existência individual fenomênica *hic et nunc* num ambiente) e de *oikos* (dimensão ecológica, terceira dimensão organizacional da vida). Sendo constituído na interseção entre o *genos* e o *oikos*, o indivíduo humano, enquanto *fenon*, traz consigo a herança destas duas outras dimensões da vida que incidem em sua subjetividade. Enquanto portador do patrimônio do *genos*, que é uma herança vinda da espécie, o indivíduo detém uma subjetividade constituída nesta relação indissociável com a própria espécie.

E da mesma forma que o *genos* permite considerarmos esta dimensão da subjetividade humana relacionada à espécie, o *oikos*, o ecossistema/organização, enquanto realidade organizadora a partir da qual o indivíduo-sujeito humano também se constitui em sua

auto-eco-organização, recebendo e retirando matéria, energia e informação para sua auto-re-organização permanente, permite considerarmos outra dimensão da subjetividade humana: a eco-subjetividade. Por meio desta dimensão, que envolve as outras duas dimensões da subjetividade humana, o indivíduo-sujeito humano estabelece sua relação de autonomia-dependência com toda a biosfera (totalizando o conjunto da vida na crosta terrestre) e o meio geofísico, ou seja, o planeta Terra.

Até aqui, pode-se, então, considerar que as diferentes e principais dimensões da corporeidade/subjetividade humana são: a do indivíduo-sujeito, a da eco-subjetividade, a sócio-histórico-cultural e a da espécie, quatro dimensões que constituem e participam da produção subjetiva e da experiência humana.

Considerações finais

Tendo como objetivo principal a apresentação de uma primeira definição do conceito de corporeidade/subjetividade para a psicologia clínica, as questões epistemológicas aqui abordadas se restringiram a expor um panorama geral e parcial dessa discussão na psicologia clínica no que concerne ao problema da fragmentação da subjetividade. A elaboração desse conceito é uma tentativa de apontar uma direção para lidar com esta questão.

Sabendo dos desafios ontológico e epistemológico inerentes a essa problemática, têm-se buscado desenvolver tais fundamentos na proposta de tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, desde agosto de 2016. Em virtude das limitações desta publicação, não foram apresentados os desenvolvimentos já alcançados. No entanto, sabe-se da necessidade irremediável de se justificar ontológica e epistemologicamente as bases da proposta teórico-conceitual que aqui foi lançada e ainda estabelecer uma rigorosa discussão com o campo de estudo da psicologia clínica e da psicologia geral.

Se faz ainda necessário explicitar que essa proposta está sustentada pela teoria da organização (sistêmica) elaborada por Morin em sua obra *O método*. Teoria construída mediante o caminho trilhado para alcançar o método (da complexidade), e que pode ser regenerada pelo próprio método, considerado por Morin (1990) como estratégia, iniciativa, invenção e arte, o que estabelece uma relação recursiva entre método e teoria. De fundo, o epistêmico se apresenta como forma de pensar o método, a teoria e a prática, aqui, da psicologia, em seus fundamentos, sendo tão primordial e necessário e, no entanto, esquecido nas discussões da psicologia na contemporaneidade (Holanda, 2019).

Esses esquecimentos colocam a psicologia diante de fragilidades, entre as quais se destaca a fragmentação do seu objeto de estudo, que em sua história ficou caracterizada como a multiplicidade de propostas teórico-epistemológicas. Esta questão da fragmentação traz

inevitavelmente o problema da unidade da psicologia, presente desde sua origem como ciência moderna. Problema que deve ser compreendido, justamente, como a falta de consenso entre as diferentes perspectivas da psicologia, no que diz respeito aos seus pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, e a crescente fragmentação desta área do conhecimento em diversas teorias e práticas distintas (Silva, 2016).

É diante desta questão, cara à psicologia, que se encontra a motivação para tentar dar um primeiro pequeno passo (*baby step*) com a primeira definição da noção de *corporeidade/subjectividade* humana, uma recém-nascida proposta teórico-conceitual. Este passo é dado com os sentimentos de cuidado e de humildade epistêmica, tão necessários e indispensáveis para qualquer visão de unidade (na diversidade) que se busque alcançar.

Corporeality/subjectivity in the clinical psychology: weaving theoretical-epistemological threads to embroider a complex object of study

Abstract: This essay aimed to present the initial development of a notion of a human *corporeality/subjectivity* in the field of clinical psychology, based on the notion of subject proposed by Edgar Morin in his work *The method*. The researchers understand that the insertion of this notion in the epistemological discussions of this field of knowledge, regarding the problem of fragmentation of the notion of subjectivity, can contribute with initial reflections to think about a possible alternative of integration of its object of study. Based on complex thought, a first definition is proposed, pointing to four main dimensions and their respective notions: that of the individual-subject, consisting of three complex systems (organic-sensori-motor, psychic-affective-relational and mental); that of eco-subjectivity; the socio-historical-cultural; and that of the species. The study concludes by considering the ontological and epistemological challenges inherent to the problem of subjectivity fragmentation, relating them to the problem of unity in Psychology, and indicating the need for their confrontation by the proposal presented.

Keywords: corporeality, subjectivity, epistemology, clinical psychology.

Corporeité/subjectivité en psychologie clinique: tisser des fils théoriques- épistémologiques pour broder un objet d'étude complexe

Résumé: Le présent essai présente le développement initial d'une notion de *corporeité/subjectivité* humaine dans le domaine de la psychologie clinique, basée sur la notion de sujet proposée par Edgar Morin dans son ouvrage *La méthode*. L'insertion de cette notion dans les discussions épistémologiques de ce domaine de la connaissance, en ce qui concerne le problème de la fragmentation de la notion de subjectivité, peut contribuer, avec les réflexions initiales, à réfléchir à une éventuelle alternative d'intégration de son objet d'étude. Sur la base d'une pensée complexe, une première définition pointe vers quatre dimensions principales et leurs notions respectives: celle de l'individu-sujet, constituée de trois systèmes complexes (organique-sensoriel-moteur, psychique-affectif-relational et mental); l'éco-subjectivité; le socio-historique-culturel; et les espèces. Il conclut en considérant les défis ontologiques et épistémologiques inhérents à la problématique de la fragmentation de la subjectivité, en les reliant au problème de l'unité en psychologie et en indiquant la nécessité de ses confrontations par la proposition présentée.

Mots-clés: corporeité, subjectivité, épistémologie, psychologie clinique.

Corporeidad/subjectividad en psicología clínica: tejer hilos teórico-epistemológicos para bordar un objeto de estudio complejo

Resumen: El presente ensayo tiene como objetivo presentar el desarrollo inicial de una noción de *corporeidad/subjectividad* humana para el campo de la psicología clínica, a partir de la noción de sujeto propuesta por Edgar Morin en su trabajo *El método*. Se entiende que la inserción de esta noción en las discusiones epistemológicas de este campo del conocimiento, en lo que concierne al problema de la fragmentación de la noción de subjectividad, puede contribuir con reflexiones iniciales para pensar una posible alternativa de integración de su objeto de estudio. Basado en el pensamiento complejo, se propone una primera definición que apunta a cuatro dimensiones principales y sus respectivas nociones: la de individuo-sujeto, constituida por tres sistemas complejos (orgánico-sensorio-motor, psíquico-afectivo-relacional y mental); la de eco-subjectividad; la socio-histórico-cultural; y la de la especie. Se concluye considerando los desafíos ontológicos y epistemológicos inherentes a la problemática de la fragmentación de la subjectividad, relacionándolos con el problema de la unidad en Psicología, e indicando la necesidad de sus confrontaciones por la propuesta presentada.

Palabras clave: corporeidad, subjectividad, epistemología, psicología clínica.

Referências

- Bastos, R. L. (2001). Psicanálise e o pensamento científico: entre fisicalismo e/ou a contraciência em diferentes modos de subjetividade. *Psicologia USP*, 12(1), 89-119. Recuperado de <http://bit.ly/31taGuO>
- Birman, J. (2013). Os paradigmas em psicanálise são comparáveis? Sobre o mal-estar, a biopolítica e os jogos de verdade. *Tempo Psicanalítico*, 45(1), 147-178. Recuperado de <http://bit.ly/2Mrf3IU>
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade* (3a ed.). São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Celes, L. A. M. (2012). Linhas do desenvolvimento da psicanálise contemporânea. In T. C. Viana, G. S. Diniz, L. F. Costa, V. Zanello (Orgs.), *Psicologia clínica e cultura contemporânea* (pp. 204-226). Brasília, DF: Liber Livros.
- Figueiredo, L. C. M. (1991). Matrizes do pensamento psicológico. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. (2003). Para além das matrizes: a psicanálise como enclave da modernidade. *Revista de Psicologia*, 21(1-2), 103-110. Recuperado de <http://bit.ly/2MMtBv6>
- Figueiredo, L. C. M. (2009). A psicanálise e a clínica contemporânea. *Contemporânea: Psicanálise e Transdisciplinaridade*, (7), 9-17. Recuperado de <http://bit.ly/2nXzv4i>
- Figueiredo, L. C. M. (2013). *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos* (7a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M., & Santi, P. L. R. (2006). *Psicologia, uma nova introdução; uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo, SP: EDUC.
- Fuks, S. I. (1995). *Las complejidades de las psicoterapias*. Recuperado de <http://bit.ly/2MtRQPU>
- Garcia-Roza, L. A. (1977). Psicologia: um espaço de dispersão do saber. *Rádice: Revista de Psicologia*, 1(4), 20-25.
- Gergen, K. J. (1996). *Realidades y relaciones: aproximaciones a la construcción social*. Barcelona: Paidós.
- González Rey, F. (1997). *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo, SP: Educ.
- González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2011). *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. São Paulo, SP: Cortez.
- González Rey, F. (2017). The topic of subjectivity in psychology: contradictions, paths and new alternatives. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 47(4), 502-521.
- González Rey, F., & Mijttáns Martínez, A. (2017). *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Campinas, SP: Alínea.
- Green, A. (1995). *La causalité psychique: entre nature et culture*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Green, A. (2008). *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo* (2a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Holanda, A. F. (2019). “O que é psicologia?”: dilemas epistemológicos e repercussões contemporâneas. *Revista De Psicologia*, 10(1), 8-20. Recuperado de <http://bit.ly/2qr4cQm>
- Japiassu, H. (1995). *Introdução à epistemologia da psicologia* (5a ed.). São Paulo, SP: Letras & Letras.
- João, R. B. (2018). Contribuições à ciência da motricidade humana: por uma concepção de corporeidade à luz do pensamento complexo. In A. Feres Neto (Org.), *Motricidade humana: novos olhares e outras práticas: à luz da transdisciplinaridade e das ciências emergentes* (pp. 31-82). Curitiba, PR: Appris.
- João, R. B. (2019). Corporeidade e epistemologia da complexidade: por uma prática educativa vivencial. *Educação e Pesquisa*, 45, 1-17. Recuperado de <http://bit.ly/2MtuIbE>
- João, R. B., & Brito, M. (2004). Pensando a corporeidade na prática pedagógica em educação física à luz do pensamento complexo. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 18(3), 263-272. Recuperado de <http://bit.ly/35L87HR>
- Lax, W. D. (1998). O pensamento pós-moderno na prática clínica. In S. McNamee, & K. J. Gergen (Orgs.), *A terapia como construção social* (pp. 86-105). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Mezan, R. (1996). Paradigmas e modelos na psicanálise atual. In N. M. C. Pellanda, & L. E. C. Pellanda (Orgs.), *Psicanálise hoje: uma revolução do olhar* (pp. 347-355). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mezan, R. (2019). *O tronco e os ramos* (2a ed.). São Paulo, SP: Blucher.
- Morin, E. (1984). *O problema epistemológico da complexidade*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (1990). *Introdução ao pensamento complexo* (2a ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Morin, E. (1996a). A noção de sujeito. In D. F. Schnitman (Org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 45-58). Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Morin, E. (1996b). *O método III: o conhecimento do conhecimento*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (1997). *O método I: a natureza da natureza*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (1998). *O método 4: as idéias: habitat, vida, organização*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Morin, E. (1999). *O método II: A vida da vida*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (2000). *Ciência com consciência* (4a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2003). *O método V: a humanidade da humanidade: a identidade humana*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (2005). *O método VI: ética*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Neubern, M. S. (2001). Três obstáculos epistemológicos para o reconhecimento da subjetividade na psicologia clínica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 241-252. Recuperado de <http://bit.ly/2JokHmP>

- Neubern, M. S. (2004). *Complexidade e psicologia clínica: desafios epistemológicos*. Brasília, DF: Plano.
- Neubern, M. S. (2014). Subjetividade & complexidade na clínica psicológica: superando dicotomias. *Fractal: Revista de Psicologia*, 26(3), 835-851. Recuperado de <http://bit.ly/2MsdQKT>
- Pagès, M. (1986). *Trace ou sens: le système émotionnel*. Paris: Hommes et Groupes Editeurs.
- Pagès, M. (1993). *Psychothérapie et complexité*. Paris: Hommes et Perspectives.
- Perls, F., Hefferline, R., & Goodman, P. (1997). *Gestalt-Terapia*. São Paulo, SP: Summus. (Trabalho publicado originalmente em 1969)
- Plastino, C. A. (2001). *Oprimado da afetividade: a crítica freudiana ao paradigma moderno*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.
- Prado, K., Filho, & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*, 19(3), 14-19. Recuperado de <http://bit.ly/2MrPO2B>
- Reich, W. (1984). *A função do orgasmo*. São Paulo, SP: Brasiliense. (Trabalho publicado originalmente em 1942)
- Reich, W. (1995). *Análise do caráter* (2a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho publicado originalmente em 1933)
- Santos, B. S. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Santos, B. S. (2006). *Um discurso sobre as ciências* (4a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Silva, L. C. L. (2016). *O problema da unidade da psicologia: uma análise crítica da produção nacional*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- Silveira, L. (2018). A psicologia é sua própria crise? Sobre o sentido epistemológico da presença da filosofia no cerne da psicologia moderna. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(1), 12-21. Recuperado de <http://bit.ly/2Wd2e1T>
- Sundfeld, A. C. (2000). Abordagem integrativa: reterritorialização do saber clínico? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 251-257. Recuperado de <http://bit.ly/2BnvXLJ>

Recebido: 09/08/2019
Aprovado: 16/10/2019